

Organização da Seguridade Social

↳ previsão no art. 196 CF

O **parágrafo 1º** do referido artigo determina que o ente da Federação far aplicar pl o sistema securitário constará do respectivo orçamento.

importante → o que um Município aplica na saúde, assistência social e previdência social consta na lei orçamentária anual do Município e não na lei orçamentária anual da União.

O **parágrafo 2º** também trata de matéria orçamentária e diz que o ~~os~~ orçamento securitário é elaborado de forma integrada pelos ramos do sistema.

art. 8º Lei 8.212/91 → as propostas orçamentárias serão elaboradas por comissão integrada por 8 representantes, um de cada área.

O **parágrafo 3º** trata da pessoa jurídica, pl que ela participe, deverá demonstrar a prova de existência do débito em relação ao sistema securitário.

↳ apresentar certidão negativa de débito.

Quando se trata de competência, o **parágrafo 4º** diz que a União tem competência residual em relação as contribuições pl o sistema securitário.

importante → pode ser criada uma nova contribuição social tendo o mesmo fato gerador de IPI, porém, não existe a possibilidade de criar nova contribuição social tendo o mesmo fato gerador da COFINS.

↳ **parágrafo 5º**: princípio da preexistência do custeio

↳ **parágrafo 6º**: trata do princípio da anterioridade mitigada.

↳ regra do D. tributário, esse princípio se aplica aos tributos em geral.

Esse princípio determina que é vedado que o Ente

da Federação sobre títulos tributários no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que houver instituído ou modificado o tributo.

Em relação às contribuições pl o sistema securitário, basta que se respeite os 90 dias da publicação da lei que houver instituído ou modificado a contribuição social.

* contribuição social majorada: respeitar os 90 dias da data da publicação da lei.

* contribuição social reduzida: aplica de imediato

→ **parágrafo 8º:** figura do segurado especial → produtor, parceiro, meeiro, arrendatário rural, bem como o pescador artesanal, os quais exercem as atividades em regime de economia familiar, sem empregador permanentes.

→ **parágrafo 9º:** financiamento da seguridade social. As contribuições sociais a cargo da empresa podem ter as suas alíquotas alteradas em razão da atividade econômica, utilização da mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo possível também a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso da contribuição social da empresa em relação à sua receita ou faturamento ou em relação ao seu lucro.

importante → contribuições sociais a cargo da empresa podem ter as suas alíquotas alteradas em razão da atividade econômica.

→ **parágrafo 11:** trata da moratória que é uma forma de suspensão do crédito tributário, dilação do prazo pl pagamento de tributo.

O parcelamento também é uma forma de suspensão, a qual consiste em um acordo celebrado entre o contribuinte e a Fazenda Pública.

* remissão é uma forma de extinção do crédito, sendo o perdão da dívida.

* anistia é uma forma de exclusão, sendo o perdão do descumprimento de obrigação acessória.

____/____/____

importante

→ as contribuições sociais são específicas da previdência social, não podendo o produto de sua arrecadação ser destinado p/ a saúde ou p/ assistência social.

* não é possível conceder parcelamento e moratória das contribuições previdenciárias em prazo superior a 60 meses.

▷ **parágrafo 1º:** princípio da não-cumularividade, evitando a incidência em cascata do tributo.

▷ **parágrafo 14:** foi inserido pelo Poder Constituinte Derivado Reformador. Nenhum segurado poderá contribuir abaixo desse limite mínimo, da mesma forma que não poderá ^{contribuir} acima do limite máximo.